



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

NOTA TÉCNICA Nº 1338/2022/COREP - ACESSO RESTRITO/COREP/CRG

PROCESSO Nº 00190.108864/2021-11

INTERESSADO: COORDENAÇÃO-GERAL DE RESPONSABILIZAÇÃO DE ENTES PRIVADOS

ASSUNTO

Apuração, por meio de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), de supostas irregularidades imputadas em face da pessoa jurídica BRISK SOLUÇÕES ÁGEIS LTDA., CNPJ 03.080.097/0001-88.

REFERÊNCIAS

Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção. LAC).

Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015.

Instrução Normativa CGU nº 13, de 8 de agosto de 2019.

Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Processo Administrativo de Responsabilização. Art. 23 da IN CGU nº 13/2019. Análise da regularidade processual. Parecer correcional de apoio ao julgamento.

1. RELATÓRIO

1.1. Trata-se de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) instaurado no âmbito desta Controladoria-Geral da União (CGU), em face da pessoa jurídica BRISK SOLUÇÕES ÁGEIS LTDA., CNPJ 03.080.097/0001-88, à época dos fatos denominada CDIS INFORMÁTICA LTDA.

1.2. Concluídos os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização (CPAR), vieram os autos a esta Coordenação-Geral de Instrução e Julgamento de Entes Privados (COREP) para emissão de manifestação técnica, nos termos do art. 55, II, do Regimento Interno da CGU (aprovado pela Portaria nº 3.553, de 12/11/2019), bem como do art. 23 da IN CGU nº 13/2019.

1.3. Em síntese, os fatos estão relacionados ao objeto das operações policiais Tritão e Círculo Vicioso, deflagradas no curso do Inquérito Policial (IPL) nº 0072/2018-11 SR/PF/SP, instaurado pela Delegacia de Polícia Federal em Santos/SP, no dia 21 de novembro de 2017, para apurar fraudes em contratos firmados pela Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, dentre eles a avença celebrada com a empresa N2O Tecnologia da Informação Ltda.; e (ii) Operação Vaporware, deflagrada no curso do IPL nº 1373/2017, instaurado pela Superintendência Regional de Polícia Federal no Distrito Federal, no dia 31 de outubro de 2017, para apuração, inicialmente, de possíveis crimes de peculato e fraude licitatória no contrato de aquisição de software celebrado entre a referida empresa e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, e cujo escopo foi expandido para contratos firmados pela empresa N2O Tecnologia da Informação Ltda. com outros órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, a exemplo do então Ministério da Integração Nacional.

1.4. As irregularidades apontadas foram objeto de análise da Nota de Instrução nº 4/2021 (SEI 2132330) que propôs a instauração de processos de responsabilização em face de diversas pessoas jurídicas, dentre elas a empresa BRISK, em razão de indícios de simulação da competição no âmbito do Pregão Eletrônico nº 10/2015, da extinta Secretaria Nacional de Portos, para dar a este a aparência de legalidade de forma a frustrar o caráter competitivo e fraudar o procedimento licitatório público.

1.5. Dessa forma, foi instaurado o PAR sob apreciação, por meio da Portaria nº 2.362, de 27.10.2021, publicada no DOU de 03.11.2021 (SEI 2161934).

1.6. Após a análise da defesa, a qual foi acatada pela CPAR, esta entendeu que não há indícios suficientes de autoria e materialidade para o sancionamento da empresa BRISK SOLUÇÕES ÁGEIS LTDA., CNPJ 03.080.097/0001-88.

1.7. A autoridade instauradora, por meio de despacho datado de 05/04/2022 (SEI 2329453), tomou ciência do Relatório e, nos termos do art. 22 da IN nº 13/2019, determinou a intimação da processada para, querendo, apresentar manifestação aos termos do Relatório Final.

1.8. A empresa foi intimada pela COREP, conforme e-mail datado de 06 abril de 2022, para manifestação no prazo de 10 dias, nos termos do artigo 22 da Instrução Normativa nº 13/2019, e em resposta informou que abdicaria do prazo de manifestação em razão da concordância com o Relatório Final elaborado pela comissão (Sei 2330971 e 2334666).

1.9. É o breve relato.

2. ANÁLISE

2.0.1. Inicialmente, cumpre destacar que o objetivo do exame ora realizado é verificar a regularidade dos aspectos formais e procedimentais do PAR. Considerando que a Comissão entendeu pelo arquivamento do processo, a defesa abdicou do direito de apresentar manifestação final.

2.0.2. Da análise dos autos verifica-se que os trabalhos conduzidos pela CPAR observaram o rito previsto na IN CGU nº 13/2019, bem como os princípios do contraditório e da ampla defesa, previstos no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal (CF/88).

2.0.3. A portaria de instauração foi publicada de acordo com o art. 13 da multicitada IN, contendo o nome, o cargo e a matrícula dos membros integrantes da CPAR, a indicação de seu presidente, o número do processo, o prazo de conclusão dos trabalhos, o nome empresarial da pessoa jurídica processada e seu respectivo número de registro no CNPJ/ME. Quanto à competência, o PAR foi instaurado pelo Corregedor-Geral da União, conforme delegação prevista no art. 30, inciso I, da IN CGU nº 13/2019.

2.0.4. Em se tratando da observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, foi oportunizado à empresa amplo e irrestrito acesso aos autos, mediante concessão de acesso externo ao SEI para visualização integral do processo e peticionamento eletrônico, sem qualquer violação ou restrição a direitos.

2.0.5. Teve a oportunidade, ainda, de apresentar defesa e juntar documentos, bem como apresentar alegações finais (em que pese não tenha apresentado), garantido o exercício da ampla defesa, essencial à condução do PAR.

2.0.6. O termo de indicição foi elaborado em conformidade com os requisitos previstos no artigo 17 da IN CGU nº 13/2019 (descrição clara e objetiva do ato lesivo imputado, apontamento das provas e o enquadramento legal), e a empresa foi devidamente notificada, de acordo com o seu art. 18, assegurando a ampla ciência e possibilidade de manifestação.

2.0.7. Assim, após a instrução dos autos, juntamente com a análise da defesa e demais documentos apresentados pela BRISK, a CPAR apresentou, no Relatório Final, os fundamentos em que se baseou para a formação de sua convicção acerca do arquivamento do processo.

2.0.8. As alegações apresentadas pela BRISK encontram-se sintetizadas no item 2 do Relatório Final, de forma que o entendimento final da CPAR foi pela não configuração do ato lesivo.

2.0.9. Como visto, a procuração bancária apreendida durante a Operação Tritão decorreu de um único e específico projeto em que as empresas N2O e a Capital Software atuaram em conjunto para a prestação de serviços perante a SEFAZ-PI e que a Capital Software não participou da licitação sob investigação.

2.0.10. Tal procuração, outorgada pela empresa N2O a Carlos Jacobino Lima, representante da empresa ISG Participações S.A., que por sua vez é sócia das empresas TRULY e BRISK, não guarda relação com o contrato nº 504/2016 – realizado entre o Dnit e a empresa N2O. Foi concedida ao representante legal da Capital Software, com o objetivo de acompanhar a conta corrente criada para a SCP do projeto SEFAZ-PI, a qual foi aberta para recebimentos dos valores oriundos exclusivamente do contrato com aquela Secretaria.

2.0.11. Destaca a defesa que a Sociedade em Conta de Participação foi formada quase um ano após o PE 10/2015, tendo sido devidamente registrada perante as autoridades competentes, o que lhe atribuiria publicidade, não tendo sido criada para finalidades escusas.

2.0.12. A defesa informou ainda que à época dos fatos a empresa N2O era cadastrada nos canais de revenda dos produtos da empresa BRISK, como diversos outros parceiros comerciais, sendo autorizada a comercializar seus produtos. Que à época dos fatos, a ISG Participações S.A. ainda não possuía qualquer participação nas empresas BRISK (CDIS) e que tampouco o Sr. Carlos Jacobino Lima possuía cota societária da referida empresa, conforme 6ª alteração societária da empresa (doc. Anexo SEI 2219448), vigente à época da licitação, sendo que a ISG tornou-se societária da BRISK (CDIS) somente no ano de 2017, formalizada na 7ª alteração contratual (doc. Anexo SEI 2219453) datada de 25/01/2017 e com registro em 23/03/2017.

2.0.13. Com relação aos valores relativos às 02 Notas Fiscais que constam dos documentos apreendidos na Operação Vaporware, as quais se referem ao montante pago pela N2O pela comercialização da ferramenta Portal Estratégia no âmbito do Contrato 20/2016 entre a N2O e o Ministério da Integração Nacional, esclareceu a defesa que houve negociação em 05 parcelas dos serviços/produtos adquiridos, porém, com a emissão de apenas 03 notas fiscais para o pagamento das licenças comercializadas, visto a N2O ter realizado somente o pagamento da primeira Nota Fiscal, tendo anexado documentação comprobatória.

2.0.14. A CPAR consignou, também, que os pagamentos realizados pela N2O à CDIS, atual BRISK, com base nas provas carreadas neste PAR não podem ser enquadrados como ilícitos vez que a N2O era credenciada pela CDIS, ou seja, possuía autorização para o fornecimento das respectivas soluções em informática. Pontuou, ainda, que a declaração emitida pela CDIS (BRISK) está em consonância com o disposto no Edital do PE 10/2015, bem como no respectivo termo de referência.

2.0.15. Dessa forma, não obstante os indícios iniciais de irregularidade, não foi possível identificar nos autos indícios suficientes de autoria e materialidade para o sancionamento da empresa BRISK SOLUÇÕES ÁGEIS LTDA, CNPJ 03.080.097/0001-88.

2.0.16. Diante do exposto, corroboramos o entendimento da CPAR, pelo arquivamento do processo.

2.0.17. Por fim, vale registrar que, caso surjam novas provas, a apuração em face da pessoa jurídica pode vir a ser reaberta.

3. CONCLUSÃO

3.1. Em vista do quanto foi exposto, corroboramos o entendimento da Comissão.

3.2. Com efeito, os argumentos externados no Relatório Final demonstram a plausibilidade do arquivamento do presente PAR, sem prejuízo de posterior reabertura caso surjam fatos novos que o justifiquem.

3.3. Por fim, nos termos do art. 55, II, in fine, da Portaria nº 3553/2019, encaminha-se a Minuta de Decisão SEI 2412838 subsequente.

3.4. Com essas considerações, encaminhamos os autos à apreciação superior.



Documento assinado eletronicamente por **JONIA BUMLAI SOUSA STIEGEMEIER, Auditor Federal de Finanças e Controle**, em 05/08/2022, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cgu.gov.br/conferir> informando o código verificador 2409284 e o código CRC 0D2D478E



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

DESPACHO COREP - ACESSO RESTRITO

1. Estou de acordo com a Nota Técnica nº 1338/2022/COREP (2409284), que, em síntese, concluiu pela regularidade do presente Processo Administrativo de Responsabilização e seu respectivo arquivamento.
2. Submeto, assim, à apreciação do Sr. Diretor de Responsabilização de Entes Privados, a proposta de encaminhamento dos autos à consideração do Sr. Corregedor-Geral da União.



Documento assinado eletronicamente por **CYRO RODRIGUES DE OLIVEIRA DORNELAS**, **Coordenador-Geral de Instrução e Julgamento de Entes Privados**, em 05/08/2022, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cgu.gov.br/conferir> informando o código verificador 2412846 e o código CRC B95D3CA1

Referência: Processo nº 00190.108864/2021-11

SEI nº 2412846



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

DESPACHO DIREP

1. No uso das atribuições constantes do art. 54, IV do Regimento Interno da CGU (Port. 3.553/2019), acolho os fundamentos constantes do Despacho COREP precedente para me manifestar pela regularidade do presente Processo Administrativo de Responsabilização.
2. Com efeito, os argumentos de fato e de direito externados pelas peças técnicas anteriores constantes dos autos (Relatório Final da CPAR e Nota Técnica COREP) demonstram as justificativas para o arquivamento do presente feito.
3. Ante o exposto, submeto os autos à consideração do Sr. Corregedor-Geral da União.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO PONTES VIANNA, Diretor de Responsabilização de Entes Privados**, em 10/08/2022, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cgu.gov.br/conferir> informando o código verificador 2466792 e o código CRC 9E1A89BD

Referência: Processo nº 00190.108864/2021-11

SEI nº 2466792